

Ensino de Língua Inglesa nos Anos Iniciais: Caminhos e Desafios para a Democratização
English Language Teaching in the Early Years of Elementary Education: Paths and Challenges for Democratization

Amanda Souto Mendes¹
Rosemeire Parada Granada Milhomens da Costa²
Lucivânia Carvalho Barcelo³
Aldeane Pereira Firmo⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como estados e municípios brasileiros tratam a oferta e regulamentação do ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando documentos oficiais e evidências recentes sobre políticas linguísticas. A investigação partiu do problema da baixa implementação do ensino de inglês nessa etapa escolar, marcada por desigualdades regionais, ausência de políticas educacionais adequadas e dependência exclusiva da BNCC como referência normativa. A pesquisa, de natureza qualitativa e documental, utilizou como fonte planos estaduais e municipais de educação, publicações governamentais e artigos recentes. Os resultados revelaram que a maioria dos entes federados não possuem políticas consolidadas para a oferta de inglês nos anos iniciais, observando-se apenas ações pontuais em alguns municípios e uma estrutura mais consistente no estado de Roraima. Identificaram-se ainda fragilidades relacionadas à formação docente, à falta de materiais didáticos adequados e à ausência de orientações metodológicas específicas. Conclui-se que a democratização do ensino de língua inglesa depende da criação de políticas públicas integradas, da qualificação de professores e da ampliação da oferta desse ensino desde os anos iniciais, de modo a garantir equidade e fortalecer o acesso ao aprendizado de línguas adicionais no país.

Palavras-chave: Democratização. Educação Básica. Língua Inglesa. Políticas Públicas. Anos Iniciais.

ABSTRACT

This article aims to analyze how Brazilian states and municipalities address the provision and regulation of English language teaching in the early years of elementary education, considering official documents and recent evidence on language policies. The investigation stemmed from the issue of the low implementation of English instruction at this educational stage, which is marked by regional inequalities, the absence of adequate educational policies, and the exclusive reliance on the BNCC as a normative reference. This qualitative and

¹ Acadêmica do curso de Letras da Universidade de Gurupi-UnirG. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6920-2951> E-mail: amanda.mendes@unirg.edu.br

² Doutora em Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Tocantins-UFT e professora da Universidade de Gurupi-UnirG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8761-4862> E-mail: meiregranada@gmail.com

³ Mestranda em Educação Social pela Universidade de Gurupi-UnirG. Docente da Universidade de Gurupi-UnirG. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4132-4891> E-mail: teacherlucivania@unirg.edu.br

⁴ Acadêmica do curso de Letras da Universidade de Gurupi-UnirG. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9548-3921> E-mail: aldeane.firmo@unirg.edu.br

documentary research used as sources state and municipal education plans, government publications, and recent academic articles.

The results reveal that most Brazilian federal entities do not have consolidated policies for offering English in the early years, with only punctual actions observed in some municipalities and a more consistent structure identified in the state of Roraima. The study also found weaknesses related to teacher training, the lack of appropriate teaching materials, and the absence of specific methodological guidelines. It is concluded that the democratization of English language teaching depends on the creation of integrated public policies, the qualification of teachers, and the expansion of English instruction from the early years, in order to ensure equity and strengthen access to additional language learning in the country.

Keywords: Democratization. Basic Education. English Language. Public Policies. Early Years.

1. INTRODUÇÃO

A oferta de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental tem se tornado o tema central de discussões sobre políticas linguísticas educacionais no Brasil. Nas últimas décadas, o ensino de línguas adicionais ganhou maior relevância no cenário da educação, especialmente quando se volta o olhar para a perspectiva de um mundo cada vez mais globalizado e com crescentes demandas de competências comunicativas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa necessidade ao afirmar que o estudo da língua inglesa deve “propiciar a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural” (BRASIL, 2017, p.243). Entretanto, apesar desse direcionamento, persistem lacunas e falhas na oferta e regulação do ensino dessa segunda língua nos anos iniciais da educação básica brasileira.

Pesquisas recentes apontam que a inserção precoce de uma segunda língua pode favorecer habilidades cognitivas, sociais e comunicativas das crianças. Silva et al. (2024) destacam que “ensinar inglês na educação infantil traz benefícios variados, como: melhora da concentração, o estímulo ao raciocínio e o desenvolvimento cognitivo e social.” Na mesma seara, Quevedo-Camargo e Tonelli (2025) apontam que o aprendizado do inglês pode contribuir para o respeito às diferenças culturais e ampliação do repertório linguístico. Além disso, estudos como o de Castro, Antonio e Monteiro (2024) mostram que alguns municípios já implementaram o ensino de L.I nos anos iniciais do ensino fundamental, como é o caso de Piau-MG, observando-se impactos positivos no desempenho escolar e no engajamento dos alunos.

Apesar das claras evidências sobre os benefícios da inserção de inglês nos anos iniciais da educação básica, ainda é possível observar diversas barreiras para a consolidação plena desse ensino em âmbito nacional. A literatura aponta que um dos principais obstáculos é a defasagem na formação docente. Silva e Estigarribia (2024) afirmam que “as escolas públicas ainda não estão preparadas para ofertar um aprendizado eficaz do ensino de inglês”, isso se dá devido à falta de professores qualificados e também à carência de formação inicial e continuada. Sabadin (2023) reforça essa ideia ao evidenciar um “ciclo vicioso da formação docente”, que consiste na perpetuação do baixo domínio linguístico que os docentes carregam. Além disso, Oliveira e Souza (2024) trazem que a

escassez de materiais pedagógicos adequados contribui para a defasagem do ensino, sobretudo em escolas da rede pública.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível compreender como os estados e municípios brasileiros têm desdobrado suas políticas educacionais internas e seus documentos oficiais de forma que contemplem de maneira plena e eficaz o ensino de inglês nos anos iniciais do ensino fundamental. Embora existam iniciativas pontuais, como oficinas temáticas, projetos de extensão e experiências isoladas em cidades do sul do estado do Tocantins, em Minas Gerais e Paraná, a maioria das redes de ensino se amparam apenas na BNCC para justificar a falta de oferta da disciplina, uma vez que ela propõe obrigatoriedade desse ensino apenas a partir do 6º ano do ensino fundamental. A ausência de diretrizes estruturadas dá origem a um cenário heterogêneo, no qual poucos estados apresentam políticas estruturadas enquanto a maior parte do país segue sem regulamentação consistente.

Nesse contexto, o estudo visa investigar como as unidades federativas tratam a oferta e regulamentação do ensino da L.I nos anos iniciais do ensino fundamental, analisando documentos oficiais e pesquisas científicas relacionadas ao tema publicadas recentemente. Parte-se do princípio de que a ausência de políticas públicas consolidadas, associada a precariedade da formação docente e à falta de material pedagógico adequado, faz com que não ocorra a efetivação do ensino de inglês na educação básica, mesmo diante dos benefícios amplamente conhecidos.

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar os documentos oficiais (planos estaduais, currículos e PEE) para identificar a presença, a ausência ou as lacunas de políticas voltadas ao ensino da língua inglesa nos anos iniciais, relacionando as evidências às discussões teóricas sobre formação docente, metodologias, políticas linguísticas e desigualdades regionais.

Nos procedimentos metodológicos, descrevemos o percurso adotado para a análise documental, incluindo os critérios de seleção das fontes e o modo de tratamento dos dados. Em seguida, na seção de resultados, apresentamos um panorama da oferta e regulamentação do ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais em estados e municípios brasileiros, evidenciando avanços, lacunas e desigualdades regionais. Na discussão, analisamos tais resultados à luz de referenciais teóricos e normativos sobre políticas linguísticas, problematizando suas implicações para a democratização do ensino de línguas

adicionais no país. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos as principais contribuições do estudo e apontamos caminhos para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao ensino de inglês desde os anos iniciais da educação básica.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como qualitativa e documental, tendo como objetivo compreender de que maneira as políticas e diretrizes educacionais influenciam a democratização do ensino de inglês nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas. O estudo contempla documentos oficiais de diferentes redes públicas de ensino, municipais e estaduais. Foi realizado no âmbito da Universidade de Gurupi (UNIRG), vinculado à linha de pesquisa Formação e Práticas Educativas, no período de outubro de 2024 à dezembro de 2025, conforme estabelecido pelo cronograma institucional.

A coleta de dados ocorreu por meio de plataformas oficiais, incluindo portais do Ministério da Educação (MEC), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Planos Municipais e Estaduais de Educação (PEE e PME), além de artigos científicos publicados recentemente que tratam do tema da democratização do acesso ao ensino de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental e políticas linguísticas na educação básica.

Para assegurar o rigor metodológico, foram adotados critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos documentos oficiais que tratassem de forma direta ou indireta da oferta de inglês nos anos iniciais, publicados entre os anos de 2020 e 2025. Foram excluídos documentos sem qualquer menção ou referência com os anos iniciais do ensino fundamental e materiais provenientes de instituições privadas, por não corresponderem com o objetivo central da pesquisa.

A amostra da pesquisa é composta por documentos públicos disponibilizados pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, selecionados com base na relevância, na atualização e objeto de análise. A justificativa provém da própria natureza da pesquisa documental, na qual não há necessidade de representatividade estatística, mas sim interpretativa. Assim, a quantidade de documentos utilizados partiu da disponibilidade de fontes e da suficiência teórica para responder o objetivo central da pesquisa. Dessa forma, a amostra foi considerada satisfatória por permitir mapear lacunas, convergências e

divergências presentes nas políticas de ensino de língua inglesa nos anos iniciais em diferentes regiões do país.

A coleta e organização de dados se deu a partir de três etapas: identificação e listagem de documentos relevantes; download, digitalização do material selecionado; catalogação e organização por categoria. Dentre as principais variáveis analisada, pode-se destacar a existência ou ausência de regulamentação específica para o ensino de inglês nos anos iniciais, as diretrizes referentes à formação inicial e continuada de docentes, as ações municipais e estaduais voltadas para a implementação da disciplina e as práticas bem-sucedidas encontradas em determinados contextos.

Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo, envolvendo leitura flutuante, categorização e interpretação dos dados. Por fim, quanto aos aspectos éticos, trata-se de uma pesquisa puramente documental, sem envolvimento direto com seres humanos, o que dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os documentos analisados são públicos e tiveram suas referências devidamente registradas, garantindo transparência e integridade ética.

3. RESULTADOS

Os resultados, obtidos a partir da análise de documentos estaduais e municipais (planos, documentos curriculares e PEE), buscavam identificar como os entes federados tratam a oferta de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa análise evidenciou a ausência da oferta e da regulação do ensino de língua inglesa nessa etapa da educação básica, revelando um cenário de lacunas políticas e estruturais em âmbito nacional.

De modo geral, observou-se a ausência de políticas públicas consolidadas na maioria dos estados brasileiros. Poucos estados apresentam propostas estruturadas com metas específicas para a oferta de língua inglesa nos anos iniciais, o que demonstra a falta de diretrizes consistentes para o ensino da língua desde as primeiras séries.

Uma exceção relativa foi identificada no estado de Roraima, que demonstra preocupação em relação à inclusão de línguas estrangeiras nos currículos escolares. Os documentos desse estado trazem estratégias e referências para a organização curricular, o que faz com que Roraima se destaque em relação a outras unidades federativas.

Além disso, foram identificadas ações pontuais em redes municipais, especialmente em municípios localizados nos estados do Tocantins, Minas Gerais e Paraná. Essas iniciativas, embora positivas, configuram-se como experiências isoladas, sem respaldo em políticas públicas estruturadas que garantam continuidade ou replicabilidade em nível estadual ou nacional.

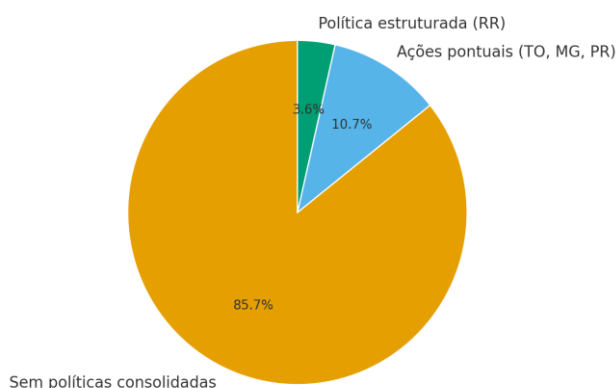
Outro aspecto observado foi o uso da BNCC como única referência para justificar a ausência da oferta de língua inglesa nos anos iniciais. Muitos documentos oficiais se amparam na BNCC para explicar a não obrigatoriedade da disciplina nessa etapa, uma vez que o documento normativo apenas prevê sua obrigatoriedade nos anos finais do ensino fundamental.

Por fim, os resultados apontam déficits na formação docente, tanto inicial quanto continuada, além da escassez de materiais pedagógicos voltados ao ensino de inglês para crianças. Esses fatores comprometem diretamente a implementação de diretrizes e dificultam a efetivação de uma política linguística consistente para os anos iniciais.

Em síntese, os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas que contemplem a formação docente, o desenvolvimento de materiais adequados e a ampliação da oferta de língua inglesa desde os primeiros anos escolares, de modo a garantir equidade no acesso e fortalecimento do ensino de línguas na educação básica.

Para melhor visualização dos resultados apresentados, a Figura 1 sintetiza a distribuição das políticas e ações relacionadas à oferta de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental entre os estados analisados.

Figura 1 – Panorama da oferta e regulação do ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental, evidenciando a predominância de estados sem políticas consolidadas, a presença de ações pontuais em algumas redes municipais e o destaque do estado de Roraima com política estruturada.



Fonte: Autores (2025).

4. DISCUSSÃO

A ampliação do ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental surge como um desafio estrutural na educação básica brasileira, sobretudo quando se confronta o ideal normativo proposto pela BNCC (2018). Embora esse documento oficial reafirme que o ensino de inglês deve “propiciar novas formas de engajamento e participação em um mundo globalizado” (BRASIL, 2018), os achados dessa pesquisa revelam que essa orientação não tem sido suficiente para introduzir políticas locais consistentes. Isso revela que a introdução de língua inglesa nos anos iniciais depende menos de diretrizes nacionais e mais da capacidade política de cada rede de ensino, o que evidencia carências e desigualdades regionais historicamente estabelecidas.

A falta de políticas específicas para o ensino de inglês nos anos iniciais, identificada em grande parte dos documentos analisados, permite visualizar que o país opera sob um modelo que incube uma autonomia excessiva aos municípios sem oferecer um amparo adequado. Assim, em vez de apenas constatar inconsistências políticas, é necessário interpretar que essa ausência resulta em um modelo educacional fragmentado. Esse quadro corrobora com o que já havia sido apontado em estudos anteriores PIBIC/UNIRG Silva et al (2024), ao analisarem Gurupi e municípios limítrofes, concluíram que a falta de regulamentação clara faz com a oferta de inglês varie drasticamente entre cidades próximas, reforçando assimetrias internas dentro de um mesmo território.

Entretanto, a efetivação desse processo ainda enfrenta diversos desafios, sobretudo no que se refere à formação docente. Estudos como o de Silva e Estigarribia (2024) apontam que “as escolas públicas ainda não estão preparadas para ofertar um aprendizado eficaz do ensino de inglês”, uma vez que as escolas não possuem profissionais capacitados para que o ensino pleno da segunda língua se efetive. Essa limitação é reforçada por Sabadin (2023), ao destacar o ciclo vicioso da formação docente, em que professores com baixo domínio linguístico acabam perpetuando lacunas no ensino da língua adicional. Essa constatação dialoga diretamente com os resultados obtidos, que apontam déficits significativos na formação dos professores e carência de materiais didáticos adequados, fatores que comprometem a qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, Oliveira e Souza (2024) argumentam que a ausência de políticas estruturadas impacta diretamente a formação inicial e continuada, pois os sistemas de ensino não estabelecem diretrizes claras que prepara os docentes para atuar nos anos iniciais. A escassez de materiais didáticos adequados também compromete a consolidação do ensino de L.I nos anos iniciais. Para esses autores, “o sucesso da aprendizagem de um segundo idioma [...] depende da colaboração entre educadores, pais e comunidades, garantindo que as crianças recebam uma educação rica e diversificada” (Oliveira; Souza, 2024, p.13). Essa colaboração comunitária é de extrema importância para que a aprendizagem de inglês se torne significativa e contextualizada, principalmente na rede pública de ensino. Tal reflexão relaciona-se aos resultados da pesquisa, que mencionam ações pontuais em municípios específicos, como Piau-MG, onde experiências locais mostram avanços limitados, mas promissores. A cooperação entre escola e comunidade poderia potencializar essas práticas isoladas, transformando-as em iniciativas ampliadas.

Além disso, a metodologia adotada se mostra um fator determinante. Silva et al. (2024), ao relatarem os resultados das oficinas temáticas em escolas públicas, defendem que “ensinar inglês na educação infantil traz benefícios variados, como a melhora na concentração, o estímulo ao raciocínio e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais”. De modo semelhante, o estudo de Quevedo-Camargo e Tonelli (2025), ao propor diretrizes para o PNE 2025-2035, enfatiza que “o ensino de inglês na infância pode contribuir para que as crianças desenvolvam gosto pelo idioma e o respeito por diferenças culturais”. Esses estudos evidenciam que o aprendizado da língua inglesa ultrapassa o campo técnico da comunicação, ele contribui para a formação da cidadania. Contudo, os

resultados da pesquisa revelam um contraste entre os benefícios reconhecidos e a ausência de políticas estruturadas que garantam a implementação efetiva dessas práticas nos estados e municípios.

Apesar dos avanços pontuais observados em municípios como Piau-MG (Castro; Antonio; Monteiro, 2024), ainda persistem grandes desigualdades regionais. As pesquisas mostram que a universalização do ensino de inglês prevista no PNE 2014-2024 não foi plenamente concretizada, exigindo novas estratégias para a oferta desse ensino. Essa lacuna é observada também por Sabadin (2023), que defende a necessidade de políticas institucionais que garantam um ensino de qualidade na formação docente, sanando assim, as defasagens existentes na educação básica. Em contrapartida, alguns estados, como Roraima demonstram avanços mais consistentes, o que evidencia o caráter desigual das políticas educacionais no país, que são dependentes de iniciativas locais e da adesão voluntária das redes ao cumprimento das diretrizes da BNCC.

Em síntese, as obras analisadas convergem ao afirmar que a introdução precoce e qualificada da Língua Inglesa pode gerar impactos positivos de longo prazo na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes (Silva; Estigarribia, 2024; Oliveira; Souza, 2024). Contudo, para que essas potencialidades se concretizem, é imprescindível a criação de políticas públicas integradas e eficazes, conforme defendido por Quevedo-Camargo e Tonelli (2025), que unam formação docente, avaliação contínua e metodologias inovadoras.

Os resultados dessa pesquisa reforçam que, embora a BNCC oriente a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa, a ausência de regulação nacional específica e a dependência exclusiva das diretrizes curriculares comprometem a consolidação dessa política, perpetuando desigualdades e mantendo o ensino de inglês em um estágio ainda inicial e desigual no território brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos oficiais estaduais e municipais, associada à revisão da literatura científica recente, permitiu compreender de forma ampliada os desafios, avanços e lacunas relacionados à oferta de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil. Os dados evidenciam que, embora a BNCC reconheça a importância da língua inglesa como ferramenta para a participação em uma sociedade globalizada, sua obrigatoriedade apenas nos anos finais do ensino fundamental contribui para que muitos

municípios deixem de implementar seu ensino precocemente, acarretando em um cenário de desigualdade.

Os documentos analisados evidenciam uma forte dependência das diretrizes da BNCC como única justificativa para a não oferta da L.I., isso revela ausência de políticas específicas e regulamentações que assegurem a democratização do acesso ao ensino de língua adicionais. Enquanto alguns municípios apresentam ações pontuais, como Piau-MG, cuja a implementação desde os anos iniciais apresenta um avanço significativo no engajamento e aprendizado dos alunos acerca de uma segunda língua. Outros estados, como Roraima avançam de forma mais estruturada, deixando claro que é possível desenvolver políticas linguísticas consistentes quando há planejamento, investimento e formação adequada.

A literatura consultada reforça que a qualidade do ensino de inglês nos anos iniciais está diretamente relacionada à formação docente, à disponibilidade de materiais pedagógicos e à adoção de metodologias específicas para a infância. Estudos como o de Silva e Estigarribia (2024), Sabadin (2023) e Oliveira e Souza (2024) mostram que a falta de professores qualificados e a escassez de recursos didáticos constituem os principais entraves para a efetivação do ensino de inglês. Esses achados dialogam com os achados deste estudo e revelam um cenário nacional marcado por fragilidades estruturais que impedem a consolidação de políticas educacionais significativas.

Diante disso, conclui-se que a ampliação e qualificação do ensino de inglês depende da articulação de três fatores fundamentais: **(1) políticas públicas estruturadas**, que definem diretrizes claras para estados e municípios; **(2) formação iniciada e continuada**, capaz de preparar docentes para atuar nesse nível de ensino; **(3) materiais e metodologias adequadas**, que garantam a aprendizagem significativa.

Finalmente, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o número de documentos analisados, investiguem a implementação prática das políticas já existentes e considerem a percepção dos professores, gestores e comunidades escolares, contribuindo assim para o fortalecimento do ensino de línguas adicionais na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

CASTRO, Vander Aparecido de; ANTONIO, Liliane de Queiroz; MONTEIRO, Josele da Rocha. **Ensino de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental: a incorporação na grade curricular de Piau – MG, um município de pequeno porte.** *Educação*, v. 28, n. 135, 30 jun. 2024.

OLIVEIRA, Paulo Sérgio Silva; SOUZA, Helenara Machado de. **A inserção do idioma inglês nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise das pesquisas realizadas entre os anos de 2018 e 2023.** *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 18, n. 12, 2024.

QUEVEDO-CAMARGO, Gladys; TONELLI, Juliana Reichert Assunção. **Inglês e avaliação no Ensino Fundamental I: propostas para o PNE 2025-2035.** Brasília, DF: Universidade de Brasília; Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2025.

RORAIMA. **Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED. Documento Curricular de Roraima (DCRR).** Boa Vista-RR, 2019.

SABADIN, Marlene Neri. **A inserção da língua adicional no Ensino Fundamental I.** *Travessias*, Cascavel, v. 17, n. 2, p. 1–16, maio/ago. 2023.

SILVA, Darcy Cleide Bezerra; ESTIGARRIBIA, Marta Isabel Canese de. **A importância do ensino de língua inglesa nos anos iniciais na escola pública: perspectivas e desafios.** *Ciências Humanas*, v. 28, n. 136, 12 jul. 2024.

SILVA, Fernanda Xavier de Jesus et al. **Democratização do acesso ao ensino de língua inglesa nos anos iniciais para crianças de escolas públicas: uma proposta de oficinas temáticas de inglês em uma escola pública.** *Revista Cereus*, 2024.

SILVA, Luccas de Sousa Silva et al. **O panorama do ensino de língua inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental em Gurupi e nos municípios limítrofes: uma análise bibliográfica e documental.** Gurupi: UNIRG, 2024.